



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Aliperti S.A. (“Aliperti”), nos termos da legislação vigente, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Administração da Aliperti vem recuperando os prejuízos operacionais auferidos nos últimos exercícios sociais, através de lucros advindos das demais empresas do grupo econômico, principalmente no setor de agronegócios. Pelo Plano de Negócios da administração, a Aliperti deve continuar figurando como uma “holding patrimonial”, obtendo recursos financeiros através de dividendos, por conta das participações nas empresas controladas.

Em 13 de junho de 2025, foi celebrado Acordo de Acionistas por meio do qual foram estabelecidas regras sobre o exercício do direito de voto no âmbito da Companhia, a cessão e a transferência de ações de emissão da Companhia entre os signatários.

A Administração está atenta às modificações que vem ocorrendo desde o final de 2025 de forma global na economia, com o objetivo de preservar os interesses da Companhia, dos seus acionistas e funcionários, sendo que quanto a estes últimos, reiteramos nosso costumeiro reconhecimento por toda dedicação com que desempenharam as suas tarefas, sem os quais não teríamos conseguido alcançar os objetivos propostos.

Esta Administração declara nos termos do item 9 do Anexo C da Resolução CVM nº 80 de 2022, que a empresa “GF Auditores Independentes” (“Auditores Independentes”) não prestou outros serviços que não fossem o de auditoria independente durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, esclarecendo, ainda, que informações não financeiras, bem como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

Por fim, em estrita observância às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80 de 2022, declaramos que a diretoria da Companhia revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras ora apresentadas, concordando com a opinião dos Auditores Independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração.



ALIPERTI S.A
61.156.931/0001-78
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

Ativo	Controladora				Passivo e patrimônio líquido	Controladora					
		Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado		Reapresentado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		ALIPERTI						ALIPERTI			
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa	7	2	115	105.553	98.650	Fornecedores		1.136	130	1.592	630
Contas a Receber	8	100	115	7.204	1.807	Obrigações Sociais e Trabalhistas		209	253	482	566
Adiantamentos a Fornecedores		-	1	115	1	Obrigações Fiscais	15	467	1.346	18.771	14.345
Estoques	9	-	-	2.697	2.697	Adiantamentos de Clientes		-	-	2	-
Ativo Biológico	10	-	-	99.198	111.103	Dividendos a Pagar	19 c	30.241	18.405	30.241	18.405
Partes Relacionadas	11	-	32.420	17.169	21.950	Partes Relacionadas	11	858	-	-	-
Outros Créditos	12	369	1.128	484	1.469	Outras Obrigações		259	1.221	488	2.387
Despesas do Exercício Seguinte		23	18	75	46						
Total do Circulante		494	33.797	232.495	237.723	Total do Circulante		33.170	21.355	51.576	36.333
Não circulante						Não circulante					
Contas a Receber		-	-	-	-	Demais Obrigações junto as Instituições Financeiras	16	64.754	59.047	64.754	59.047
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	-	-	Obrigações Fiscais LP	15	600	929	33.609	40.252
Aplicação Financeira		-	-	0	3.290	Tributos Diferidos	17	17.085	17.085	80.130	81.788
Partes Relacionadas	11	6.588	6.372	-	-	Provisões para Contingências	18	22.452	25.705	24.240	33.504
Outros Créditos	12	10.237	10.236	19.699	16.394						
Depósitos e Bloqueios Judiciais		-	-	-	-	Provisões para Perdas Investimentos	13	8.701	12.276	-	-
Investimentos	13	325.013	295.902	12.145	12.145	Outras Obrigações LP		392	816	3.532	3.840
Imobilizado	14	51.479	51.553	240.131	245.831						
Intangível		-	-	46	46						
Total do Não Circulante		393.317	364.063	272.021	277.706	Total do Não Circulante		113.984	115.858	206.265	218.431
						Patrimônio Líquido					
						Capital social	19	48.964	48.964	48.964	48.964
						Ações em Tesouraria (-)		(538)	(538)	(538)	(538)
						Reserva de Reavaliação		8.002	8.002	8.002	8.002
						Reservas de Lucros		48.645	62.635	48.645	62.635
						Ajustes de Avaliação Patrimonial		141.584	141.584	141.584	141.584
						Lucros Acumulados		-	-	-	-
						Participação dos Não Controladores		-	-	18	18
								246.657	260.647	246.675	260.665
Total do ativo		393.811	397.860	504.516	515.429	Total do passivo e do patrimônio líquido		393.811	397.860	504.516	515.429
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.											

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.



ALIPERTI S.A

61.156.931/0001-78

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em unidades de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024
Receita operacional líquida	20	1.235	-	45.296	39.291
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	-	-	-	-	-
Lucro bruto		1.235	-	45.296	39.291
Receitas e despesas operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	21	(10.127)	(12.727)	(19.912)	(24.399)
Depreciação e Amortização		(52)	(1.507)	(1.072)	(2.708)
Resultado de Equivalência Patrimonial		32.687	63.191	-	-
Despesas Tributárias	22	(717)	(10.987)	(8.271)	(17.236)
Outras Receitas Operacionais	23	458	4.300	22.911	55.007
Outras Despesas Operacionais	23	(554)	(4.229)	(18.774)	(8.240)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		21.695	38.041	(25.118)	2.424
Resultado operacional		22.930	38.041	20.178	41.715
Despesas financeiras	24	(5.992)	(4.626)	(12.970)	(12.365)
Receitas financeiras	24	0	18.622	16.677	28.353
		(5.992)	13.996	3.707	15.988
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		16.938	52.037	23.885	57.703
Provisão para IR e Contr. Social Corrente	25	-	-	(8.604)	(5.640)
Provisão para IR e Contr.Social Diferido		-	-	1.657	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período		16.938	52.037	16.938	52.063
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuído a:					
. Sócios controladores		16.938	52.037	16.938	52.037
. Sócios não controladores		-	-	-	26
Lucro (Prejuízo) - por Ação - R\$		2,710	8,326	2,710	8,326
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.					



ALIPERTI S.A

61.156.931/0001-78

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do período	16.938	52.037	16.938	52.063
Outros resultados abrangentes	-	-		
Realização da reserva de reavaliação, líquida de efeitos tributários				
Resultado Abrangente do Período	16.938	52.037	16.938	52.063
Atribuído aos sócios controladores	16.938	52.037	16.938	52.037
Atribuído aos sócios não controladores	-	-	-	26

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.



ALIPERTI S.A
61.156.931/0001-78
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em Milhares de Reais)

(Em Milhares de Reais)	Reserva de Lucros					Reservas Reavaliação								
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Retenção Lucros	Própria	Controladas	Ajuste de Avaliação Patrimonial Própria	Ajuste de Avaliação Patrimonial Controladas	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no Pat. Líquido	Total do Patrimônio Líquido	
Em 31 de dezembro de 2023	48.964	(538)	2.744	10.046	11.836	3.493	4.711	29.874	111.710	0	222.840	(8)	222.832	
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(307)	-	-	-	307	-	-	-	
Imposto de Renda e Contr.Social.Diferidos	-	-	-	-	-	105	-	-	-	-	105	-	105	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.193	51.193	26	51.219	
Constituição de Reservas	-	-	2.560	-	-	-	-	-	-	(2.560)	-	-	-	
Destinação Dividendos obrigatórios	-	-	-	(10.046)	-	-	-	-	-	(7.713)	(17.759)	-	(17.759)	
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	4.447	36.780	-	-	-	-	(41.227)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	48.964	(538)	5.304	4.447	48.615	3.291	4.711	29.874	111.710	0	256.379	18	256.397	
Ajustes de exercícios anteriores					4.268						4.268		4.268	
Em 01 de janeiro de 2025	48.964	(538)	5.304	4.447	52.883	3.291	4.711	29.874	111.710	0	260.647	18	260.665	
Dividendos Adicionais Pagos	-	-	-	-	(1.400)	-	-	-	-	-	(1.400)	-	(1.400)	
Reversão dos Dividendos	-	-	-	-	560	-	-	-	-	-	560	-	560	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.938	16.938	-	16.938	
Constituição de Reserva de Legal	-	-	847	-	-	-	-	-	-	(847)	0	-	0	
Destinação Dividendos obrigatórios / Intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.023)	(4.023)	-	(4.023)	
Destinação Dividendos Intermediários Aprovados	-	-	-	(4.447)	(21.618)	-	-	-	-	-	(26.065)	-	(26.065)	
Constituição de Reserva de Lucros					12.068					(12.068)				
Em 31 de dezembro de 2025	48.964	(538)	6.151	-	42.493	3.291	4.711	29.874	111.710	(0)	246.657	18	246.675	
As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.														

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.



ALIPERTI S.A

61.156.931/0001-78

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício:	16.938	52.037	16.938	52.063
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciações / Amortização	52	1.507	1.072	2.708
Resultado das baixas do imobilizado/investimentos	-	-	-	-
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(32.687)	(63.191)	-	-
Constituição de Provisão	-	-	-	-
Juros sobre passivo	5.837	4.701	(1.603)	6.611
Baixa de imobilizado	22	9.584	200	10.617
Variações no ativo biológico	-	-	11.905	(6.647)
Reversão de Provisões constituídas	(988)	(1.090)	(137)	(36.868)
Reversão de Provisão de Tributos Diferidos	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	(1.658)	-
Reversão Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(33)	-	(15)	-
Provisão para Impairment	-	-	4.611	-
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução do contas a receber	48	(115)	(5.382)	(1.743)
(Aumento) redução dos estoques	-	-	(0)	86
(Aumento) redução de adiantamentos a terceiros	-	-	-	227
(Aumento) redução de outros créditos	-	10.317	871	9.454
(Aumento) redução de despesas antecipadas	(5)	(5)	(29)	14
Aumento (redução) de fornecedores	(2.629)	115	(2.674)	(164)
Aumento (redução) de obrigações sociais e trabalhistas	(44)	41	(84)	(160)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	(1.337)	828	(4.470)	(759)
Aumento (redução) de outras obrigações	(5.875)	82	(625)	(2.433)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(20.701)	14.811	18.920	33.006
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado/investimentos	-	(9.550)	(183)	(10.243)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	(9.550)	(183)	(10.243)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Partes Relacionadas	642	(19.504)	-	(9.528)
Dividendos pagos	(12.473)	(1.089)	(11.835)	(1.089)
Dividendos Recebidos	32.420	15.364	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	20.589	(5.229)	(11.835)	(10.617)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(113)	32	6.903	12.146
Saldo das disponibilidades				
No início do exercício	115	83	98.650	86.504
No fim do exercício	2	115	105.553	98.650
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(113)	32	6.903	12.146

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.



ALIPERTI S.A

61.156.931/0001-78

Demonstrações de valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em mil reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024	31/12/2025	Reapresentado 31/12/2024
RECEITAS/DESPESAS	1.424	3.988	51.104	80.254
Receitas de vendas e serviços prestados	1.348	-	46.560	41.646
Outras receitas operacionais	458	3.878	5.274	38.498
Constituição de provisões	(382)	110	(730)	110
Reversão de provisões	0	-	0	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.502)	(11.363)	(31.195)	(23.049)
Custos de produtos e serviços vendidos	-	-	-	-
Energia, serviços de terceiros e outras despesas Operacionais	(3.502)	(11.363)	(31.195)	(23.049)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.078)	(7.375)	19.909	57.204
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(52)	(1.507)	(1.072)	(2.708)
VLR ADICIONADO LÍQ PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.130)	(8.882)	18.837	54.496
VLR ADICIONADO REC.EM TRANSFERÊNCIA	32.687	83.216	37.387	45.843
Receitas Financeiras	0	18.622	16.677	28.353
Aluguéis	-	1.403	20.710	17.490
Equivalência Patrimonial	32.687	63.191	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	30.557	74.334	56.224	100.340
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30.557	74.334	56.224	100.340
Pessoal	6.539	5.758	9.047	9.904
Remuneração direta	1.214	1.370	2.489	3.980
Benefícios	5.271	4.324	6.393	5.656
FGTS	54	64	165	268
Impostos, Taxas e Contribuições	1.088	11.913	17.269	26.008
Federais	455	10.694	8.797	17.927
Estaduais	2	660	943	1.515
Municipais	632	559	7.529	6.566
Remuneração de capitais de terceiros	5.992	4.626	12.970	12.365
Juros	-	-	-	-
Aluguéis	-	-	-	-
Despesas financeiras	5.992	4.626	12.970	12.365
Remuneração de capitais próprios	16.938	52.037	16.938	52.063
Dividendos	-	-	-	-
Participação dos Administradores	-	-	-	-
Lucro/Prejuízos retidos	16.938	52.037	16.938	52.037
Participação dos não controladores	-	-	-	26

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em reais mil)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliperti S.A (antiga denominação Siderúrgica J. L. Aliperti S/A.) (“Companhia”), tem como objeto social a exploração florestal, a importação e exportação de produtos em geral, a participação em outras companhias ou sociedades como acionista sócia ou quotista, a administração de bens próprios, bem como a exploração de atividades agropecuárias em geral, arrendamento de terras ou participação em parcerias para atividades rurais.

A controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. atua no segmento do agronegócio tendo como atividades o plantio, cultivo, colheita e comercialização de diversas culturas, bem como o arrendamento de propriedades rurais à terceiros, para produção de cana de açúcar. A controlada RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. atua no segmento de incorporação e planejamento de imóveis destinados à comercialização. A controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., encontra-se inativa, e em relação as suas operações da controlada “indireta” Eldorado Box Locação de Espaço Ltda., que, atua nos segmentos de locação de espaços para armazenagens em geral e escritórios compartilhados.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da reforma nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ora apresentadas.



NOTA 2 - RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

NOTA 3 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2025 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$ Mil”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2025 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de março de 2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:



- Nota explicativa 8 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 10 – Ativo Biológico;
- Nota explicativa 17 – Tributos Diferidos;
- Nota explicativa 18 - Provisão para contingência.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que estão registrados pelo seu valor justo, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

e) Reapresentação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, individual e consolidado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 está sendo reapresentado para refletir uma melhor apresentação e comparabilidade das informações apresentadas. A alteração consiste na correção de R\$ 3.290 eliminado indevidamente no processo de consolidação. Este valor está apresentado em contas patrimoniais, nas rubricas de aplicações financeiras de longo prazo e outras obrigações de longo prazo, não havendo efeitos no resultado do exercício.

Além disso, conforme divulgado na nota explicativa nº12 c, ao longo dos últimos anos, a controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. recolheu o INSS com base no seu faturamento. Contudo, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, obtida ao final do exercício de 2025, foi identificado que o recolhimento deveria ter sido efetuado com base nas folhas de pagamento. Tal procedimento resultou em um saldo líquido favorável à Companhia, acumulado de R\$ 4.268 em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 844 somente no resultado do exercício de 2024.

Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações financeiras e produziram os seguintes impactos no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, conforme apresentados a seguir:



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

	Controladora			Consolidado		
	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado
ATIVO						
Circulante	33.797	-	33.797	237.723	-	237.723
Não Circulante	359.795	4.268	364.063	270.148	7.558	277.706
Aplicação Financeira	-	-	-	-	3.290	3.290
Outros créditos	-	-	-	12.126	4.268	16.394
Investimentos	291.634	4.268	295.902	-	-	-
Demais contas não circulantes	68.161	-	68.161	258.022	-	258.022
ATIVO TOTAL	393.592	4.268	397.860	507.871	7.558	515.429

Em 31 de dezembro de 2024

	Controladora			Consolidado		
	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado
PASSIVO						
Circulante	21.355	-	21.355	36.333	-	36.333
Não Circulante	115.858	-	115.858	215.141	3.290	218.431
Outras Obrigações Longo Prazo	-	-	-	550	-	3.840
Demais contas circulantes	115.858	-	115.858	214.591	-	214.591
Patrimônio líquido	256.379	4.268	260.647	256.397	4.268	260.665
Reservas de lucro	58.367	4.268	62.635	58.367	4.268	62.635
Outras contas do PL	198.012	-	198.012	198.030	-	198.030
PASSIVO TOTAL	393.592	4.268	397.860	507.871	7.558	515.429

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2024

	Controladora			Consolidado		
	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado	originalmente apresentado	Ajuste/ reclassificação	Saldo Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	38.279	1.012	39.291
(-) Custos dos Produtos e serviços vendidos	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro bruto	-	-	-	38.279	1.012	39.291
Receitas e despesas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(12.727)	-	(12.727)	(24.130)	(269)	(24.399)
Resultado de equivalência patrimonial	62.347	844	63.191	-	-	-
Despesas Tributárias	-	-	-	(17.182)	(54)	(17.236)
Demais contas operacionais	(12.423)	-	(12.423)	44.059	-	44.059
	37.197	844	38.041	2.747	(323)	2.424
Resultado operacional	37.197	844	38.041	41.026	689	41.715
Despesas financeiras	(4.626)	-	(4.626)	(12.311)	(54)	(12.365)
Receitas financeiras	18.622	-	18.622	28.144	209	28.353
Resultado financeiro	13.996	-	13.996	15.833	155	15.988
Resultado antes do IRPJ e CSLL	51.193	844	52.037	56.859	844	57.703
(-) Provisão para IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	(5.640)	-	(5.640)
Lucro líquido do exercício	51.193	844	52.037	51.219	844	52.063
Lucro líquido atribuído a:						
Sócios controladores	51.193	-	52.037	51.193	-	52.037
sócios não controladores	-	-	-	26	-	26

Resaltamos que o efeito de R\$ 4.268 se anula nas Demonstrações de Fluxo de Caixa individuais e consolidadas, bem como na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), não sendo necessária a apresentação.



NOTA 4 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Dentre as alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, destacamos as alterações ao CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio/IAS 21 e OCPC 10 – Créditos de Carbono.

Dentre as alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, compreendem o CPC 48 Instrumentos Financeiro/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, o CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dos pronunciamentos e revisões que entrarão em vigor em exercícios futuros, à medida que tais normativos sejam regulamentados pelos órgãos competentes.

Com exceção do CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações financeiras (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.	S/A Agro Industrial Eldorado	Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.	RMCA Incorporação Planejamento Ltda.
Número Ações/Cotas	11.838.500	537.170	18.098.000	14.369.000
Participação na Controlada	99,9995%	99,806393%	99,927622%	60,330573% ⁽¹⁾
Patrimônio Líquido Controlada	315.775	7.856	(8.706)	2.149
Reserva de Reavaliação	30	4.411	271	-
Resultado no Período	29.286	162	3.578	(556)

	Guarda Max Armazens Gerais Ltda.	Eldorado Box Locação de Espaço Ltda.
Número Ações/Cotas	12.499.000	609
Participação na Controlada	100,0000% ⁽²⁾	100,0000% ⁽²⁾
Patrimônio Líquido Controlada	(6.620)	6.651
Reserva de Reavaliação	-	-
Resultado no Período	5	2.844

⁽¹⁾ 60,330573% direta e 39,669427% indiretamente

⁽²⁾ 100,000% indiretamente

Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora.

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, com a eliminação dos (as):



i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;

ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e

iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A conciliação entre o resultado líquido da controladora e o consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

<i>Lucro líquido da controladora</i>	<i>16.938</i>
<i>Participação de acionistas não controladores</i>	<i>-</i>
<i>Lucro líquido consolidado</i>	<i>16.938</i>

NOTA 6 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade

b.1) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.



Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado;*
- *Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes (instrumentos de dívidas ou Instrumentos patrimoniais); e*
- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.*

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

b.2) Impairment dos ativos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

b.3) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores e outras contas a pagar.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado; e*
- *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

b.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 07).

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

f) Ativo Biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte da cana de açúcar. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 10. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente e monitorada trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Caso aplicável, o valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

g) Investimentos

g.1) Investimentos em empresas controladas - são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle direta e/ou indiretamente. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional.

Após reduzir a R\$ 1 (um real) o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

g.2) Demais investimentos - são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.



h) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir valorização do capital, conforme divulgado na Nota 13.

i) Imobilizado

É mensurado pelo seu custo histórico e complementado pelo seu custo atribuído quando aplicável, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<i>Descrição</i>	<i>Taxa Anual</i>
<i>Edificações</i>	<i>1, 71% a 5%</i>
<i>Móveis e utensílios</i>	<i>10%</i>
<i>Máquinas e equipamentos</i>	<i>10%</i>
<i>Instalações</i>	<i>10%</i>
<i>Veículos</i>	<i>20%</i>
<i>Aparelhos diversos</i>	<i>10%</i>
<i>Computadores e periféricos</i>	<i>20%</i>
<i>Benfeitorias em imóveis de terceiros</i>	<i>4% a 5%</i>

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (impairment).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em Outros ganhos (perdas), líquidos na demonstração do resultado.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



l) Tributação

l.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e nos casos de apuração pelo lucro real, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. Abaixo segue os regimes tributários adotados pela Companhia e suas controladoras nos exercícios de 2025 e de 2024:

<i>Companhia</i>	<i>Regime Tributário</i>
<i>Aliperti S/A.</i>	<i>Lucro Real Anual</i>
<i>Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.</i>	<i>Lucro Presumido</i>
<i>S/A Agro Industrial Eldorado</i>	<i>Lucro Presumido</i>
<i>Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>Lucro Real Anual</i>
<i>RMCA Incorporação Planejamento Ltda.</i>	<i>Lucro Presumido</i>
<i>Guarda Max Armazéns Gerais Ltda.</i>	<i>Lucro Real Anual</i>
<i>Eldorado Box Locação de Espaço Ltda.</i>	<i>Lucro Presumido</i>

Um ativo fiscal diferido é somente reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

m) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	-	5	80	139
Bancos conta movimento	1	1	10	151
Aplicações financeiras	1	109	105.463	98.360
Total	2	115	105.553	98.650

A seguir, apresentamos um quadro com a composição das aplicações financeiras:

<u>Instituição</u>	<u>Tipo Aplicação</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Bradesco S/A	Invest	1.705	701
Banco Bradesco S/A (a)	CDB	68.550	62.734
Banco Bradesco S/A (b)	NTN	30.961	29.293
Banco Bradesco S/A (a)	AutMais	234	-
Banco BTG (a)	BTG	4.012	5.632
Total		105.463	98.360

(a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, os quais são remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

(b) Títulos Públicos são remunerados pelo IPCA acrescidos de juros pré-fixados, marcados a mercado, e com liquidez imediata.

NOTA 8– CONTAS A RECEBER

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Duplicatas A Receber - Fab.Molas	182	182	182	182
Duplicatas A Receber - Fm Sorocaba	176	176	176	176
Usina Uberaba	-	-	6.385	1.067
Valores de Aluguéis a Receber	971	1.019	3.305	3.240
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.229)	(1.262)	(2.844)	(2.858)
Total	100	115	7.204	1.807
Circulante	100	115	7.204	1.807



a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

NOTA 9 – ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	2.697	2.697
Total	2.697	2.697

NOTA 10 – ATIVO BIOLÓGICO

Descrição	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cana-de-açúcar	99.198	111.103
Total	99.198	111.103

O ativo biológico da Companhia compreende o contrato de parceria celebrado entre a controlada Agroeldorado Ltda. com a Usina Uberaba S.A. para cultivo e o plantio de cana-de-açúcar, no Estado de Minas Gerais, por meio de um instrumento jurídico assinado entre as partes, o qual estabelece o arrendamento das áreas rurais da Companhia e o recebimento de um percentual/parcela da produção da colheita das safras.

a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar determinado no encerramento do exercício de 2025, utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela produção estimada prevista contratualmente de cana-de-açúcar, medida em quilos de Açúcar Total Recuperável (ATR) e multiplicado com o preço de mercado da cana-de-açúcar (publicado pelos órgãos reguladores, Consecana);
- Impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e
- Taxa de desconto definida pela administração.

Na apuração do ativo biológico, não são considerados quaisquer custos incorridos, relativos à plantio, manutenção do solo, colheita e outros gastos inerentes, visto que são de responsabilidade do arrendatário com base na mensuração descrita. Abaixo demonstramos a metodologia utilizada, e os resultados obtidos, em R\$:

	Valorização do ativo biológico para o exercício de 2026.	Total Estimado para os próximos 5 anos
Produção esperada (em toneladas)	240.254,93	1.201.274,65
Quantidade de ATR	123.0143	615.0715
Preço ATR	1,0952	1,0952
Receita Total Estimada	32.368.408,24	161.842.041,19
(-) Impostos incidentes (Presumido)	2.178.393,87	10.891.969,37
Resultado esperado	30.190.014,36	150.950.071,81
Taxa de desconto %	De 1,1585 a 2,0868	
Resultado para os exercícios de 2026 a 2030	-	99.197.852,02



Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia optou em manter as premissas e cálculos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluiu que as mesmas estão adequadas, gerando um impacto negativo no resultado de R\$ 11.905, reconhecido na rubrica de outras despesas operacionais, nota explicativa nº 23.

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as mesmas.

a) Créditos com Partes Relacionadas

<u>Partes Relacionadas Ativo</u> <u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda	-	32.420	-	-
RMCA Incorporação e Planejamento Ltda	1.281	1.066	-	-
Guarda Max Armazéns Gerais Ltda.	2.301	2.307	-	-
Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda	1.217	1.217	-	-
S/A Agro Industrial Eldorado	1.789	1.782	-	-
Operações com acionistas - a.1	-	-	17.169	21.950
Total	6.588	38.792	17.169	21.950
Circulante	-	32.420	17.169	21.950
Não Circulante	6.588	6.372	-	-

a.1) Tratam-se de operações de mútuos celebrados junto aos acionistas da Companhia, cujos valores são acrescidos de juros remuneratórios correspondentes à taxa do Certificado de Depósito Interbancário divulgada pela B3 S.A. - (“CDI”).

b) Débitos com Partes Relacionadas

<u>Partes Relacionadas Passivo</u> <u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda	858	-	-	-
			-	
Total			-	
			-	
Circulante	858	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-



A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 480 mil (R\$ 480 mil em 31/12/2024), assim distribuído:

Honorários	R\$ (mil)
Conselho da Administração	480

Em dezembro de 2025, houve a constituição do Conselho Fiscal pela administração da Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos e Bloqueios Judiciais (a)	5.723	5.723	10.341	7.615
Banco Santander - Antigo Banco Sudameris (b)	4.512	4.512	4.512	4.512
INSS a Recuperar (c)	-	-	4.845	4.268
Outros valores a receber	369	1.128	479	1.468
Total	10.606	11.364	20.183	17.863
Circulante	369	1.128	484	1.469
Não Circulante	10.237	10.236	19.699	16.394

a) Depósitos e Bloqueios Judiciais

A seguir, apresentamos o detalhamento dos valores consignados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bloqueio Judicial	5.624	5.624	8.917	5.629
Depósito Judicial Trabalhista	6	6	6	6
Depósito Judicial Cível	93	93	1.419	1.980
Total	5.723	5.723	10.341	7.615

b) Banco Santander – Antigo Banco Sudameris

Trata-se de sentença judicial transitado em julgado em favor da Companhia, reconhecido no exercício de 2009. No exercício de 2024 o saldo contábil foi ajustado com base no laudo do perito designado no processo.

c) INSS patronal a recuperar

Em 2025, amparada pelo entendimento de seus assessores jurídicos, a Companhia identificou que sua controlada, Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., recolheu o INSS indevidamente com base no faturamento ao invés da folha de pagamento, resultando em um valor recolhido a maior nos últimos 05 anos. Consequentemente, foi efetuado o levantamento dos créditos e débitos devidos neste período, devidamente atualizados para a data-base 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Créditos apurados	978	1.596	1.384	1.221	795	5.974
Débitos apurados	(190)	(145)	(199)	(377)	(218)	(1.129)
Saldo líquido apurado	788	1.451	1.185	844	577	4.845

A administração possui a expectativa de compensar integralmente os débitos (R\$ 1.129) com o crédito integral de 2021 e parcial de 2022, no exercício de 2026.

Para os demais créditos de anos remanescentes, a Companhia efetuará o pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em virtude de tal situação, conservadoramente, o saldo de R\$ 4.845 foi apresentado integralmente no ativo não circulante.

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em Controladas (a)	324.911	295.800	-	-
Outros Investimentos (b)	102	102	12.145	12.145
Total	325.013	295.902	12.145	12.145

a) Investimentos em Controladas

As movimentações dos investimentos e da provisão para perda nos exercícios de 2025 e 2024 foram as seguintes:

	<u>Agroeldorado Agric. e Pecuária Ltda.</u>		<u>S/A Agro Industrial Eldorado</u>		<u>Eldorado Com. De Ferro e Aço Ltda.</u>		<u>RMCA Incorp. Planejamento Ltda.</u>	
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>Reapresentado 31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
No início do Período	286.488	272.762	7.679	7.796	1	1	1.632	1.288
Equivalência Patrimonial	29.286	39.176	161	(117)	3.575	23.788	(336)	344
Aumento de capital	-	9.550	-	-	-	-	-	-
Provisão p/ Perda de investimentos	-	-	-	-	(3.575)	(23.788)	-	-
Dividendos deliberados	-	(35.000)	-	-	-	-	-	-
No final do Período	315.773	286.488	7.840	7.679	1	1	1.297	1.632



a) Provisão para Perda de Investimentos

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), dos seus investimentos. Os saldos da provisão para perdas com investimentos estão demonstrados a seguir:

Eldorado Com. De Ferro e Aço Ltda.		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
No início do Período	(12.276)	(36.064)
Equivalência Patrimonial	3.575	23.788
No final do Período	(8.701)	(12.276)

b) Outros Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações – Cosipa	2.292	2.292	2.292	2.292
Outras Participações	-	-	3	3
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(2.190)	(2.190)	(2.190)	(2.190)
Propriedades para Investimentos			12.040	12.040
Total	102	102	12.145	12.145

NOTA 14– IMOBILIZADO

Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

a) Custo e posição final

	Controladora				Consolidado			
Imobilizado	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Edifícios e Construções	5.612	-	-	5.612	19.067	-	-	19.067
Terrenos	17.461	-	-	17.461	105.122	-	-	105.122
Propriedades Rurais	33.503	-	-	33.503	122.456	-	-	122.456
Máquinas e Equipamentos	253	-	(179)	74	2.865	1	(196)	2.670
Instalações Industriais	8	-	(8)	-	9.712	-	(8)	9.704
Móveis e Equip. de Escritório	1.373	-	(987)	387	2.084	-	(1.168)	916
Veículos	118	-	(11)	108	771	-	(11)	760
Reflorestamento	19	-	(19)	-	19	-	(19)	-
Construções em Andamento	-	-	-	-	4.645	-	-	4.645
Tratores	-	-	-	-	308	-	(12)	296
Implementos Agrícolas	-	-	-	-	1.302	-	(17)	1.285
Animais de Trabalho	-	-	-	-	3	-	-	3
Culturas Permanentes - Outras	-	-	-	-	249	-	-	249
Equipamentos de Informática	-	-	-	-	320	3	(4)	319
Benf. Terceiros	-	-	-	-	1.648	178	-	1.826
Ferramentas	-	-	-	-	141	-	-	141
Total do Custo	58.348	-	(1.204)	57.144	270.712	183	(6.047)	269.459
(-)Provisão p/ Impairment (c)	-	-	-	-	-	-	(4.611)	(4.611)
(-) Depreciação	(6.795)	(52)	1.181	(5.665)	(24.881)	(1.072)	1.235	(24.717)
Total do Imobilizado	51.553	(52)	(22)	51.479	245.831	(889)	(4.811)	240.131

b) Depreciação acumulada

<u>Depreciações</u>	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Edifícios e Construções (-)	(5.054)	(45)	-	(5.099)	(8.089)	(545)	-	(8.634)
Máquinas e Equipamentos (-)	(246)	(5)	178	(72)	(2.738)	(29)	196	(2.571)
Instalações Industriais (-)	(8)	-	8	-	(9.272)	(289)	8	(9.553)
Móveis e Equip. de Escritório (-)	(1.368)	(2)	984	(386)	(1.784)	(32)	987	(829)
Veículos (-)	(118)	-	11	(108)	(610)	(56)	11	(656)
Tratores (-)	-	-	-	-	(270)	(14)	12	(272)
Implementos Agrícolas (-)	-	-	-	-	(1.283)	(11)	17	(1.277)
Animais de Trabalho (-)	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Culturas Permanentes – Outras (-)	-	-	-	-	(249)	-	-	(249)
Equipamentos de Informática (-)	-	-	-	-	(203)	(23)	4	(221)
Benfeitorias de Terceiros (-)	-	-	-	-	(249)	(69)	-	(318)
Ferramentas (-)	-	-	-	-	(130)	(4)	-	(134)
Total das depreciações	(6.795)	(52)	1.181	(5.665)	(24.881)	(1.072)	1.235	(24.717)

c) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração da Companhia efetua periodicamente a análise do valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 2025 a Companhia identificou um indicativo de perda sobre o saldo de construções em andamento, correspondente ao PCH – Pequena Central Hidrelétrica – R\$ 4.611, reconhecido em outras despesas operacionais.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos de obrigações fiscais estão demonstrados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impostos e Contribuições				
ICMS a Recolher	-	-	105	102
COFINS a Recolher	7	753	32	776
PIS a Recolher	2	123	6	127
IPI e IRRF a Recolher	2	12	90	80
IRPJ a Recolher	-	-	1.051	545
CSLL a Recolher	-	-	486	257
Outros impostos a recolher	3	38	180	479
Total Impostos e Contribuições	14	926	1.950	2.366
Parcelamentos Tributários				
Parcelamentos de Tributos Municipais	50	83	31.175	35.573
PERT – Receita Federal	2	60	4.864	5.713
Parcelamento Previdenciário	271	374	271	374
Parcelamento ICMS	730	832	14.120	10.571
Total Parcelamentos	1.053	1.349	50.430	52.231
Total de Obrigações Fiscais	1.067	2.275	52.380	54.597
Circulante	467	1.346	18.771	14.345
Não Circulante	600	929	33.609	40.252



NOTA 16 – DEMAIS OBRIGAÇÕES JUNTO À INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<i>BNDES (a)</i>	64.471	58.764	64.471	58.764
<i>Banco Santander (antigo Sudameris) (b)</i>	283	283	283	283
Total	64.754	59.047	64.754	59.047

a) BNDES

O saldo encontra-se em “sub judice “. A partir do exercício de 2021, e amparada pelos seus Assessores Jurídicos, a Companhia optou em efetuar a atualização monetária do saldo contábil com base na Taxa SELIC, por entender ser mais conservadora, não colocando em risco os futuros interesses de seus Acionistas.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da Companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D'Água, Olhos D'Água II, Rocinha, Rocinha III, Déssio Domingues e Tamanduá), de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório. Os valores contábeis das propriedades rurais destacadas totalizam R\$ 33.503 mil.

As partes aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal.

Conforme opinião dos nossos Assessores Jurídicos, o montante atualizado contabilmente é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES.

b) Banco Sudameris – atual Banco Santander

A Companhia aguarda decisão da justiça, sendo que conforme opinião dos assessores jurídicos, as probabilidades de perda são possíveis. Existe a perspectiva do montante ser deduzido do saldo a receber da Instituição Financeira, decorrente da ação movida pela Companhia, a qual já obteve ganho de causa em última instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 4.512 mil.

NOTA 17– TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia mantinha no longo prazo o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados em virtude de reavaliação, custo atribuído, nos termos do ICPC 10, bem como da mais valia dos valores calculados dos ativos biológicos.

Os tributos diferidos consolidados (IRPJ e CSLL), no montante de R\$ 80.130 (R\$ 81.788 em 31.12.2024) foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda – 25% e contribuição social – 9%) vigente e tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reav. do Imobilizado – anterior 11.638/2007	5.169	5.169	12.339	12.339
Custo Atribuído – ICPC 10	45.308	45.308	214.607	214.607
Ativos Biológicos – CPC 29	-	-	7.936	8.888
Total de Base de Cálculo	50.250	50.250	234.882	240.553
Total dos Tributos Diferidos	17.085	17.085	80.130	81.788

Ativo Fiscal Diferido

Considerando o histórico de prejuízos apurados em exercícios anteriores, e a inexistência de expectativa fundamentada, de geração de lucros tributáveis futuros, a administração da Companhia optou em não reconhecer o ativo fiscal diferido sobre o saldo/estoque de prejuízos fiscais e base negativa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

NOTA 18– PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável, conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributárias	16.302	15.299	16.553	22.781
Cíveis	6.150	4.415	7.687	4.732
Ambiental	-	5.991	-	5.991
Total	22.452	25.705	24.240	33.504

Apresentamos a seguir a movimentação das Provisões para Contingências, ocorridas no exercício de 2025:

Controladora				
	Tributárias	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo Inicial	15.299	4.415	5.991	25.705
Adições	1.003	368	-	1.371
Baixas /Reversões	-	-	(988)	(988)
Reclassificações (a)	-	1.367	(5.003)	(3.636)
Saldo Final	16.302	6.150	-	22.452

Consolidado				
	Tributárias	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo Inicial	22.781	4.732	5.991	33.504
Adições	1.011	1.588	-	2.599
Baixas /Reversões	(1.748)	-	(988)	(2.736)
Reclassificações (b)	(5.491)	1.367	(5.003)	(9.127)
Saldo Final	16.553	7.687	-	24.240



(a) Trata-se de reclassificações realizadas no período em função do contrato celebrado com os prestadores de serviços referente a Descontaminação do Solo, reconhecido na conta de Fornecedores de Serviços e complemento de Provisões Cíveis.

(b) Além do descrito na nota (a), houve adesão ao parcelamento tributário pela controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.

A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão.

Apresentamos abaixo a composição das ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração classifica como perda possível:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributárias	43.941	40.699	44.226	40.788
Cíveis	11.483	11.015	11.885	11.243
Ambiental	-	508	-	508
Trabalhista	-	-	235	-
Total	55.424	52.222	56.346	52.539

Em observância ao disposto na NBC TG 25 (R2), os montantes apresentados acima não foram provisionados.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 48.964 mil e está dividido em 6.250 (seis mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 12.345 ações (doze mil, trezentos e quarenta e cinco) preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Ações em Tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 380 (trezentos e oitenta) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público realizado em 07/02/2002, com preço médio por ação de R\$ 1.417,61 (um mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos).

b) Reserva de lucros

- **Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

- **Reserva de Lucros a Realizar**

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva será distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se



financeiramente disponíveis, em conformidade com o estabelecido na legislação societária vigente, mais especificamente ao artigo 202 da Lei no. 6.404/1976.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação vigente e, adicionalmente, ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Lucros a Realizar.

Durante o exercício de 2025, a administração da Companhia aprovou, de forma antecipada, conforme ata de reunião realizada em 16 de dezembro de 2025 e “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, destinada a apreciar as contas do exercício, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.088.

Abaixo segue o detalhamento dos dividendos propostos/aprovados:

Descrição	Valores em R\$
Destinação do Resultado do Exercício de 2025:	
Lucro Líquido do Exercício	16.938
(-) Reserva de Legal - 5%	(847)
(=) Lucro Líquido Ajustado	16.091
Dividendos Obrigatórios - 25% do Lucro Líquido Ajustado	4.023
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	12.068
Distribuição de Dividendos Adicionais:	
Reversão de Reserva de Lucros a Realizar (i)	4.447
Reversão de Reserva de Retenção de Lucros	21.618
Total de Dividendos Adicionais	26.065
Total: Dividendos do Exercício + Dividendos Adicionais	30.088

(i) O montante de R\$ 4.447 corresponde à parcela dos dividendos registrada na conta de reserva de lucros a realizar em exercícios anteriores, que está sendo acrescida nos dividendos propostos do exercício corrente, nos termos da Lei das S.A., e em virtude da realização financeira durante o exercício de 2025.

Em 2025 os dividendos pagos/liquidados pela Companhia totalizaram o montante de R\$ 19.006.

d) Reservas de Reavaliação

Corresponde ao saldo das reavaliações espontâneas realizadas nos terrenos e edificações da Companhia, em datas anteriores a promulgação da Lei nº 11.638/07. A realização desta reserva é efetuada na proporção da depreciação registrada nos resultados dos exercícios ou quando da alienação dos ativos. Os efeitos fiscais foram reconhecidos no passivo não circulante, nota explicativa nº 17.

As reservas de reavaliação dos terrenos e propriedades rurais próprias correspondem ao montante de R\$ 3.291 mil (R\$ 3.291 mil em 31/12/2024), mais a reavaliação de terrenos e propriedades rurais das Controladas no montante de R\$ 4.711 mil (R\$ 4.711 mil em 31/12/2024),



e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Adoção do Custo Atribuído dos Bens do Ativo Imobilizado

A Companhia e suas controladas decidiram atribuir novo custo aos terrenos e propriedades rurais na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos vigentes. Na data de transição o valor desta mais valia, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, considerando ainda os tributos diferidos, calculados sobre essa mais valia e que foram contabilizados no passivo não circulante, nota explicativa 17.

f) Resultado por Ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período/exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo. Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

- 31 de dezembro de 2025

Descrição	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	16.938	16.938	16.938
Média ponderada das ações em circulação durante o período	6.250	11.965	18.215
Resultado por ação	2,71008	1,41563	0,92989

- 31 de dezembro de 2024

Descrição	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	52.037	52.037	52.037
Média ponderada das ações em circulação durante o período	6.250	11.965	18.215
Resultado por ação	8,3259	4,3491	2,85682

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
	à	à	à	à
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.348	-	46.560	40.634
Impostos sobre Vendas(-)	(113)	-	(1.264)	(1.343)
Receita Operacional Líquida	1.235	-	45.296	39.291

- Em função da alteração do objeto social da Companhia deliberada em AGO de 14 de abril de 2025, as receitas de locação de imóveis foram reclassificadas de outras receitas operacionais para a rubrica de Receitas Bruta de Vendas e Serviços.

NOTA 21 – DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

(a) Despesas Gerais e Administrativas

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
	à	à	à	à
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(6.803)	(6.056)	(9.590)	(10.310)
Energia Elétrica e Insumos	(535)	(318)	(1.783)	(1.332)
Serviços de Pessoas Jurídica e Física	(2.102)	(5.178)	(6.531)	(10.021)
Acordos Judiciais	(529)	(985)	(918)	(2.119)
Outras Despesas	(158)	(190)	(1.090)	(617)
Total	(10.127)	(12.727)	(19.912)	(24.399)

NOTA 22 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica de despesas tributárias estava representada por:

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024
	à	à	à	à
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributos Federais	(85)	(9.515)	(657)	(9.734)
Tributos Estaduais	-	(738)	(0)	(747)
Tributos Municipais	(632)	(559)	(7.604)	(6.550)
Outros tributos	-	(175)	(10)	(205)
Total	(717)	(10.987)	(8.271)	(17.236)

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais estavam representadas por:

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 à 31/12/2025	01/01/2024 à 31/12/2024	01/01/2025 à 31/12/2025	01/01/2024 à 31/12/2024
Receitas				
Locação e Arrendamento	-	422	20.398	16.510
Reversão de Provisões	-	3.684	1.704	26.602
Outras Receitas.	458	194	809	11.895
Total de Outras Receitas Operacionais	458	4.300	22.911	55.007
Despesas				
Provisões p/ Perdas e Ajustes de Ativos	-	(1.488)	(233)	(1.488)
Complemento de Provisões	(383)	(1.517)	(496)	(2.573)
Provisão para Perdas dos Valores Bloqueados	-	(967)	-	(967)
Impairment do ativo imobilizado	-	-	(4.611)	-
Perda do Valor Justo – ativo biológico	-	-	(11.905)	-
Outras Despesas.	(171)	(257)	(1.529)	(3.212)
Total de Outras Despesas Operacionais	(554)	(4.229)	(18.774)	(8.240)

NOTA 24 – RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as receitas e despesas financeiras estavam representadas por:

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 à 31/12/2025	01/01/2024 à 31/12/2024	01/01/2025 à 31/12/2025	01/01/2024 à 31/12/2024
Receitas Financeiras				
Juros Ativos	-	-	141	52
Descontos Obtidos	-	-	5	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	14.055	7.645
Variação Monetária Ativa	-	18.622	2.477	20.656
Total das Receitas Financeiras	-	18.622	16.677	28.353
Despesas Financeiras				
Juros Passivos	-	(2)	(1.203)	(812)
Descontos Concedidos	-	(3)	-	(3)
Prejuízos com Aplicações Financeiras	-	-	(1.008)	(3.063)
Variação Monetária Passiva	(5.988)	(4.618)	(10.714)	(8.443)
Outras Despesas Financeiras	(4)	(3)	(44)	(44)
Total das Despesas Financeiras	(5.992)	(4.626)	(12.970)	(12.365)



NOTA 25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, imposto de renda e contribuição social, estavam representadas por:

<u>Descrição</u>	Consolidado	
	01/01/2025 à 31/12/2025	01/01/2024 à 31/12/2024
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	(8.604)	(5.640)
Diferido	1.657	-
Total	(6.946)	(5.640)

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes correspondem aos impostos apurados com base no regime de tributação do Lucro Presumido.

NOTA 26 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores reconhecidos no balanço patrimonial, geralmente se aproximam ao valor de mercado, devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: reconhecidos pelo custo amortizado acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Contas a receber e valores a receber e pagar de Partes Relacionadas: comentados e apresentados nas Notas Explicativas 8 e 11.
- Parcelamentos Tributários: comentados e apresentados na Nota Explicativa 15.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, com exceção as Demais Obrigações junto as Instituições Financeiras (Nota Explicativa 16), que por estarem sendo objeto de ações judiciais não podem ser comparados aos valores de mercado.

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Riscos tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a Companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido.



Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes das suas operações. Para minimizar possíveis impactos a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

Risco de liquidez: a política de gestão dos recursos de caixa da Companhia prevê a utilização dos recursos em conformidade com a sua capacidade financeira, não excedendo as saídas/retiradas aos montantes recebidos em virtude das suas operações.

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores;

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos; e

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e partes relacionadas, bem como as despesas financeiras provenientes parcelamentos tributários da Companhia podem ser afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2025, valores referentes obrigações junto a empréstimos e financiamentos, que por estarem sendo objeto de ações judiciais não podem ser comparados aos valores de mercado.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

Seleção dos cenários

Nos termos contidos no CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidênciação, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos para a Companhia.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com os seguintes cenários:

Descrição	Cenário Provável		Cenário II		Cenário III	
	R\$	Taxa	Taxa (+25%)	(Perda)/Ganho	Taxa (+50%)	(Perda)/Ganho
Aplicações financeiras - CDI	105.463	14,32%	17,90%	3.776	21,48%	7.551
Partes Relacionadas - CDI	17.169	14,32%	17,90%	615	21,48%	1.229
Parcelamentos Tributários - Selic	(50.429)	15,00%	18,75%	(1.891)	22,50%	(3.782)



O cenário provável considera as taxas de juros (CDI e Selic). Os cenários II e III consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

NOTA 27 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades na área agropecuária e de locações de espaços e escritório compartilhado, não há, por parte da administração da Companhia, o gerenciamento e monitoramento de segmentos independentes. Assim, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, a administração concluiu que tem somente um único segmento passível de reporte.

Tendo em vista que todas as decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

NOTA 28 – COBERTURA DE SEGUROS

No exercício de 2025 não houve alterações significativas nas coberturas de seguros da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, com base nas orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

A cobertura de seguros não faz parte do escopo dos trabalhos de revisão dos auditores independentes.

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação societária

Em 30 de janeiro de 2026 a administração da Companhia aprovou o processo de cisão parcial da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., com a criação de uma nova empresa denominada Agroeldorado Atividades Rurais Ltda., cujo processo de constituição se encontra em fase de registro na Junta Comercial.

A referida operação é justificada em função da intenção da administração em separar parte do patrimônio da Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. em busca de uma melhor gestão operacional dos ativos não transferidos para a Agroeldorado Atividades Rurais Ltda, passando a ter uma operação exclusivamente dedicada às atividades imobiliárias.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Aliperti S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliperti S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aliperti S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Obrigações existentes junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 16a às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve o saldo da obrigação existente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 64.471 (R\$ 58.764 em 31/12/2024), registrado no passivo não circulante. Baseado na opinião dos assessores jurídicos, essa ação está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal até o presente momento, em razão da discordância de valores entre as partes e consideram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à liquidação desta obrigação, haja vista que existem propriedades rurais oferecidas em garantia pela Companhia ao credor. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 3e às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir determinados ajustes e reclassificações identificados na controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., conforme previsto na NBC TG 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (nota 18)

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Mensuração do valor justo do ativo biológico (nota 10)

A Companhia mensura o valor justo do seu ativo biológico, proveniente das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa, que leva em consideração diversas premissas e julgamento da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto e o volume de produção.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao fato que variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, o que pode impactar, de forma relevante, os valores desses ativos e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.



Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico, considerando as informações os controles instituídos pela administração, (ii) avaliação de razoabilidade das premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

Adicionalmente, avaliamos os critérios utilizados pela Companhia para a constituição dos tributos diferidos. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 10 e 17.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3e, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 13 de março de 2025, contendo parágrafo de ênfase semelhante ao assunto “Obrigações existentes junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”, descrito neste relatório.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,



eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 24 de março de 2026

GF Auditores Independentes
CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
Contador - CRC 1SP 216678/O-6